



Instituto **Sou da Paz**

A paz na prática

ISDP 08/2014

São Paulo, 27 de janeiro de 2014

Ao Presidente do Senado Federal

Aos presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil

Ao Presidente da Câmara dos Deputados

Aos Presidentes da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e da Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

C/C: Deputado Alessandro Molon, Senador Cyro Miranda e Senador Sérgio Souza

Ref.: Projetos de lei para o fortalecimento do controle de armas no país

O Instituto Sou da Paz, em parceria com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e com o Instituto Igarapé, organizou em dezembro de 2013 um seminário para realizar um balanço dos 10 anos do Estatuto do Desarmamento.

Nesse seminário foram divulgadas novas pesquisas sobre a segurança pública no país. Um estudo inédito do Instituto Sou da Paz traçou um perfil sobre os homicídios cometidos na cidade de São Paulo, com informações sobre local, circunstâncias, perfil das vítimas e autores e uso ou não de armas de fogo.

Outro estudo inédito trouxe o perfil das armas utilizadas em crimes na capital paulista, como categoria, tipo, calibre, marca, nacionalidade e ano de fabricação, bem como sua distribuição por tipo de crime. Um dos principais achados da pesquisa refere-se à identificação de que a maior parte das armas apreendidas no cometimento de crimes é anterior ao Estatuto do Desarmamento, ressaltando a eficácia desse instrumento para coibir a circulação de armas, que acabam caindo nas mãos de criminosos.

Enviamos anexas as duas pesquisas citadas para que possam servir de subsídio ao importante trabalho legislativo que pode ser realizado na área de controle de armas.



Instituto **Sou da Paz**

A paz na prática

Além das pesquisas, o seminário produziu uma agenda de propostas para a implantação efetiva de uma política integral de controle de armas no país. Dentre os pontos que merecem a atenção do Poder Legislativo federal, ressaltamos a marcação de armas e munições, elementos fundamentais para que as polícias possam realizar um controle mais efetivo das armas em circulação em nosso território.

Nesse sentido, pedimos seu máximo empenho para que os seguintes projetos de lei tenham sua tramitação priorizada ainda este ano.

PL 997/2011 – Inserção de chip de identificação em cada arma produzida.

PLS 171/2011 – marcação de cada munição produzida identificando a que lote pertence.

PLS 239/2006 – marcação interna e externa da numeração em cada arma produzida.

Certos do compromisso do Congresso Nacional com os anseios da sociedade brasileira, mantemo-nos à disposição para qualquer esclarecimento, apoio ou mobilização que se façam necessários.

Respeitosamente,

Melina Risso
Diretora do Instituto Sou da Paz